

## CONGRESSO

# À espera do relatório final

Relatora da Comissão, senadora Eliziane Gama (PSD-MA) apresentará a conclusão dos trabalhos do colegiado na quarta-feira

» ALINE BRITO  
» ÁNDREA MALCHER

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro chega ao fim nesta semana. Amanhã, a relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), vai apresentar o relatório com a conclusão dos trabalhos realizados pelo colegiado ao longo dos últimos quatro meses e meio, com votação do texto prevista para quarta-feira. As expectativas de um desfecho conclusivo são poucas, devido a muito bate-boca e poucos avanços durante o processo.

Nos mais de 120 dias desde a instalação da comissão, em 23 de maio, o grupo ouviu 21 depoentes e recebeu mais de 660 documentos sigilosos e ostensivos, mas o volume de informações não foi suficiente para os parlamentares chegarem, de forma concreta, ao objetivo proposto: encontrar os responsáveis por ações e omissões que levaram aos atos de vandalismo nos prédios dos Três Poderes.

Os planos da relatora, no início da comissão, eram investigar, principalmente, a atuação do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres; dos órgãos de segurança pública da União e do Distrito Federal; do tenente-coronel Mauro Cid; e das Forças Armadas. De acordo com Eliziane, à época, a intenção era que o primeiro depoimento fosse de Torres, mas, em 20 de junho, os parlamentares ouviram o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques, acusado de ordenar blitzes no Nordeste, no segundo turno das eleições de 2022, com o objetivo de impedir eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de chegarem aos locais de votação.

Vasques compareceu à CPMI após a aprovação de um requerimento protocolado pela própria relatora e negou que a PRF tenha agido para impedir petistas de votarem.

Torres que, de acordo com o plano de trabalho apresentado por Eliziane, seria o primeiro a ser ouvido, só apareceu no plenário mais de um mês após o início das oitivas. Nesse intervalo, o colegiado inquiriu Valdir Pires Dantas Filho, perito responsável pela elaboração do laudo da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) relativo ao episódio da bomba no Aeroporto de Brasília em 24 de dezembro de 2022; George Washington de Oliveira Sousa, condenado por participar do atentado; o perito da PCDF Renato Martins Carrijo; o delegado Leonardo de Castro, diretor de Combate à Corrupção e Crime Organizado da PCDF; o ex-comandante de Operações da Polícia Militar do DF coronel Jorge Eduardo Naime; o coronel do Exército Jean Lawand Junior; e o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Saulo Moura da Cunha.

A CPMI, desde o início, também pretendia investigar os episódios que ocorreram em dezembro de 2022, como o da bomba no aeroporto, os acampamentos em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, os ataques na capital no dia 12 daquele mês e os bloqueios de estradas feitos por caminhoneiros bolsonaristas, após o segundo turno das eleições. Segundo a linha do tempo

## CPMI de 8 de janeiro em números

A CPMI foi marcada por bate-bocas, "silenciosos" depoimentos, além de convocações aprovadas e nunca ocorridas. Confira alguns dos destaques do colegiado, instalado no fim de maio e que terá seu relatório apresentado amanhã

<b>23</b> sessões foram realizadas
<b>28</b> convocados não serão ouvidos
<b>1.364</b> requerimentos não foram apreciados
<b>660</b> requerimentos apreciados - <b>586</b> aprovados e <b>74</b> rejeitados
<b>656</b> documentos ostensivos e sigilosos recebidos (entre ofícios, esclarecimentos, quebras de sigilo, etc.)

### DEPOIMENTOS

Ao todo, a comissão ouviu 20 depoimentos, no entanto, diversas oitivas contaram com habeas corpus concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Confira alguns dos destaques



#### Silvinei Vasques

O ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi o primeiro a prestar depoimento na CPMI. Vasques negou que, no segundo turno das eleições de 2022, a corporação tenha agido para impedir a chegada de eleitores do Nordeste às urnas, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tinha expressiva intenção de votos. Ele foi preso pela Polícia Federal (PF) em agosto, no âmbito da Operação Constituição Cidadã, investigada por ter ordenado as com blitzes na região.



#### Mauro Cid

O tenente-coronel, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), foi um que teve habeas corpus – concedido pela ministra Cármen Lúcia – e o utilizou para permanecer em silêncio em perguntas que pudessem incriminá-lo. O militar está envolvido nos casos das fraudes em cartões de vacinação, da venda de joias da Presidência e está envolvido em uma trama golpista. A PF chegou a encontrar um "passo a passo" para decretar uma intervenção que impedisse Lula de tomar posse. Segundo Cid, ele apenas cumpria atividades de assessoramento e secretariado, sem ingerência em decisões. Após ficar preso por quatro meses, foi solto mediante uma delação premiada firmada com a PF.



#### Anderson Torres

O delegado da PF e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal alegou à CPMI não ter ligação com a "minuta do golpe" encontrada em operação da PF em sua residência, enquanto ele ainda se encontrava nos Estados Unidos. Torres ficou quatro meses preso, suspeito de omissão durante os ataques do dia 8 de janeiro. Ele chegou a classificar a minuta como "aberração jurídica e apócrifa" e que estaria "pronta para ir para o lixo". O também ex-ministro da Justiça de Bolsonaro reconheceu que houve "falha grave" no Protocolo de Ações Integradas (PAI), que detalhava como cada órgão deveria agir frente aos manifestantes. Ele ainda negou que tenha ordenado a blitz da PRF no segundo turno. "Ninguém deixou de votar e o próprio TSE (Tribunal Superior Eleitoral) reconheceu isso", defendeu-se ele ao colegiado.

### BATE-BOCA E CONFUSÃO

O clima entre oposição e governistas foi tenso ao longo de todo o trabalho da CPMI e os interesses conflitantes foram motivo para muita confusão.



Eliziane Gama (PSD-MA)



Marco Feliciano (PL-SP)

Na tentativa de costurar acordo entre oposição e governistas para a votação de requerimentos, a relatora, a senadora Eliziane Gama, reuniu-se com os membros governistas da CPMI para tentar definir quais pedidos seriam apreciados. O desejo dos governistas era uma convocação ou pelo menos um Relatório de Inteligência Financeira (RIF) envolvendo o ex-presidente e a ex-primeira-dama, Michelle. O encontro foi suficiente para desagradar à oposição, que pediu que outra reunião ocorresse. Na segunda reunião, fechada à imprensa, um bate-boca entre Eliziane e o deputado Marco Feliciano pôde ser ouvido e a audiência daquele dia acabou cancelada, com os ânimos azedos entre as duas alas.

### DOCUMENTOS SIGILOSOS

**11.931** arquivos, divididos em 4.096 pastas, reunindo 7,25 TB de informações.

### DOCUMENTOS OSTENSIVOS

**11.770** arquivos, divididos em 1.594 pastas, totalizando cerca de 194 GB de informações.

Esse quantitativo de sigilosos e públicos, se colocado em forma física, equivaleria a **9.600 armários** cheios de papel.



#### Walter Delgatti Neto

O hacker da vaza jato, preso em agosto, é investigado pela inserção de dados falsos sobre o ministro Alexandre de Moraes no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele relatou à CPMI ter se encontrado com Bolsonaro, mediado pela deputada Carla Zambelli (PL-SP). Na ocasião, o ex-presidente teria perguntado sobre como burlar o código-fonte das urnas e o enviado ao Ministério da Defesa para aprender sobre o equipamento. Delgatti sustenta que Bolsonaro se comprometeu a livrá-lo de um possível pedido de prisão pelo crime. "Ele disse que, em troca, eu teria o prometido indulto. E ele ainda disse assim: 'Fique tranquilo. Caso algum juiz te prenda, eu mando prender o juiz.' E deu risada", alegou.



#### Gonçalves Dias

A convocação do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) é, possivelmente, a única vitória da oposição durante os trabalhos da CPMI, que buscava, com a convocação, comprovar que houve algum tipo de omissão, devido a um vídeo do dia dos ataques, onde G.Dias aparecia conversando com os golpistas, na tentativa de retirá-los do terceiro andar do Planalto, na antessala do gabinete presidencial. O ex-GSI admitiu que a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Polícia Militar do Distrito Federal foram "inefcazes" e houve "erros de avaliação" no acompanhamento dos manifestantes antes do ataque, além de "informações divergentes" de dois órgãos de assessoramento direto do GSI: a Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial e a Coordenadoria Geral de Análise de Risco.



#### General Augusto Heleno

O ex-GSI de Bolsonaro chegou sob aplausos dos aliados do ex-presidente na comissão e, em mais de 9 horas de depoimento, respondeu a poucas perguntas, amparado por um habeas corpus, concedido pelo ministro Cristiano Zanin. Ele foi convocado após Mauro Cid alegar em sua delação que Bolsonaro propôs uma intervenção militar à cúpula das Forças Armadas. À CPMI negou, no entanto, ter participado de qualquer articulação golpista e minimizou o papel de Mauro Cid no governo anterior. "O tenente-coronel Mauro Cid não participava de reuniões. Não existe essa figura de o ajudante de ordens sentar numa reunião dos comandantes de Forças e participar da reunião. Isso é fantasia."



Arthur Maia (União-BA)



Colegiado

Após o embate dos requerimentos, o presidente da CPMI, deputado Arthur Maia, tentou encontrar um meio-termo que pudesse agradar a gregos e troianos e definiu que só seria pautado o pedido que tivesse consenso entre oposição e governo. Ele chegou a afirmar que esses requerimentos seriam votados em bloco. "Ou aprova todos ou não aprova nenhum", chegou a esbravejar. Maia, diferentemente de Eliziane, sutilmente se alinhava mais aos interesses da oposição e insistiu em convocar a Força Nacional, numa tentativa de uma omissão do ministro da Justiça, Flávio Dino. Em um bate-boca generalizado, Maia perdeu a paciência e colocou o requerimento em votação. Mesmo derrotado, governistas reclamaram argumentando que o próprio Maia defendeu acordo entre os parlamentares.

apresentada por Eliziane, diversas vezes, ao longo das oitivas, esses momentos fazem parte de uma trama golpista que culminou nos atos de vandalismo de 8 de janeiro. Entretanto, a condução dos trabalhos se perdeu conforme os depoimentos foram prestados e deixou se levar pelo que cada depoente apresentou, perdendo o foco.

O colegiado tentou conseguir informações novas sobre o atentado no Aeroporto de Brasília, mas esbarrou na investigação da Polícia Federal, que não demorou em esclarecer os fatos e indiciar os envolvidos. Nas últimas semanas de trabalho da CPMI, os integrantes do grupo ainda ouviram o blogueiro Wellington Macedo de Souza, acusado de planejar a explosão do artefato, mas não obteve avanço significativo, o que acarretou no cancelamento da reunião em que seria ouvida outra figura da tentativa de explosão, o extremista Alan Diego dos Santos Rodrigues.

Para ajudar na elucidação dos fatos, a CPMI chegou a receber parecer favorável da advocacia do Senado para firmar acordos de delação premiada. Essa possibilidade tomou conta dos discursos dos membros do colegiado, mas não vigorou por falta de interesse dos depoentes. O presidente da comissão, deputado Arthur Maia (União-BA), também desencorajou a utilização do instrumento, por não existir possibilidade de manter a delação em sigilo. Ao fim, esse debate configurou mais uma derrota para o grupo.

"Acho um tanto complicado. Nós (CPMI) temos o princípio que tudo vigora sob regime de colegiado. Como alguém faria uma delação na frente de 32 parlamentares? Uma interpretação extensiva: como que investigado investiga? Ou filho de investigado? Temos ali o (deputado) Eduardo Bolsonaro (PL-SP)", disse a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) ao **Correio**, na época.

### Tumultos

As reuniões da CPMI foram marcadas por tumultos, bate-boca e tentativas de evidenciar narrativas que beneficiavam um dos lados da polarização política. Mesmo Eliziane tendo assumido o compromisso de não explorar "teorias, versões" e focar na "busca irrestrita e incansável pela elucidação dos fatos, nada além ou além disso", os interesses de governistas ou da oposição acabaram protagonizando o desenrolar dos trabalhos. Nos meses das audiências, a oposição acusou o outro lado de manchar os interesses da Comissão e reclamou que estava sendo prejudicada com a aprovação de requerimentos que só atendiam aos interesses dos parlamentares da base do governo.

A expectativa é que, amanhã, a relatora faça a leitura de um resumo do relatório — que não é possível ser lido na íntegra pelo volume, pois soma cerca de mil páginas. Em seguida, a oposição vai dispor de uma hora para ler um voto em separado, que, de acordo com fontes ouvidas pelo **Correio**, deve apresentar uma espécie de relatório paralelo se contrapondo à condução dos trabalhos feita por Eliziane e apresentando a versão bolsonarista dos fatos.

Ed Alves/CB/DA.Press



Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) seguiu linha do tempo na CPMI

## Texto paralelo pede indiciamento de Dino

Além disso, os parlamentares membros terão 10 minutos para falar. Nesse prazo, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) fará a leitura de um apanhado de outro relatório, elaborado por ele e obtido pelo **Correio**, em que pede o indiciamento do ministro da Justiça, Flávio Dino, e do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Gonçalves Dias. Senadores e deputados não membros da comissão poderão discursar por três minutos.

No último encontro do

colegiado, as narrativas deviam, mais uma vez, tomar lugar de destaque entre a discussão dos episódios que antecederam o 8 de janeiro e os atos antidemocráticos daquele dia. "Eu acho que a relatora tinha anunciado, desde a primeira reunião, que estava ali para proteger o governo federal, o relatório dela vai nessa narrativa de golpe, de proteger. A oposição vai no outro ponto, de não reconhecer a caracterização de golpe nos atos do 8 de janeiro",

afirmou Izalci. Para ele, a CPMI não avançou porque houve um "sequestro" da maioria. "Esse é um instrumento da minoria, usado para desvendar a verdade, e não proteger A ou B. Não apuramos a verdade, ficamos só em narrativa de um lado e de outro."

Para o presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB de Minas Gerais, Berlinque Cantelmo, o pouco avanço da CPMI está relacionado a uma linha de trabalho em que a PF e o

Ministério Público Federal (MPF) já estão apurando. "Isso impede determinado objeto de performance investigativa." "As diversas ordens de habeas corpus concedidas a investigados e supostas testemunhas, os atribuindo o direito de permanecer em silêncio e não criar provas contra si, retiraram parte de uma possível expectativa voltada à busca por alguma novidade ou avanço investigativo distinto do que já existe materializado pela PF e pelo MPF", acrescentou. (AB e AM)